



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a realização do curso "Capacitação em Governança Pública - Práticas de Aperfeiçoamento " para uma turma de até 20 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

O curso será realizado em Porto Velho, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, nos dias 21 e 22/11/2019, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada.

**2.1 Dados da instituição promotora**

Razão Social: PHP CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 13.433.621/0001-00

Endereço: Salgado Filho 2475 - Sao Cristovao, Porto Velho

- RO

Contato: José Eduardo Guidi

E-mail: joseeduardoguidi@hotmail.com

Tel: 69 98112-9740



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dados Bancários: Caixa Econômica Federal, Ag. 2848 -  
C/C 1.402-9

### **2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Os temas a serem abordados estão indicados no  
Evento [0468265](#).

### **2.3. PÚBLICO-ALVO: Gestores das unidades**

## **3 - JUSTIFICATIVA:**

### **3.1. Da Necessidade:**

A capacitação encontra-se prevista no Plano Anual de Capacitações 2019 sob nr. 20190204. O aprimoramento das estruturas de governança no setor público é exigido com rigor crescente, especialmente pelos órgãos de controle e tribunais superiores. Em nosso regional já foram desenvolvidas algumas ações voltadas para o aperfeiçoamento das estruturas de governança, entretanto, nossos gestores carecem adquirir maior afinidade com o tema, para identificar as próximas ações a serem desenvolvidas, em suas respectivas unidades, nesse sentido.

A gestão de riscos dos processos, o aperfeiçoamento dos controles internos, as estruturas de *compliance*, a adequação dos planejamentos e indicadores às crescentes exigências do setor público brasileiro são temas relevantes para nossos gestores de todos os níveis.

A formação solicitada compreende a personalização de conteúdos sobre governança estratégica para as particularidades de nosso regional, conforme dados oferecidos pela área de planejamento estratégico, ASPLAN, o que confere ao evento um caráter singular e extremamente relevante.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **3.2. Da inexigibilidade de Licitação:**

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

#### **3.2.1. Da singularidade do serviço:**

A capacitação em Governança Públicas versa sobre técnicas de gestão pública e tomada de decisão dos órgãos da administração. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

#### **3.2.2. Da escolha do notório especialista:**

Para a execução do presente objeto, optou-se pelo engenheiro JOSÉ EDUARDO GUIDI, cuja formação e qualificações estão descritas em seu currículo (Evento [0468265](#)). Sua experiência como Perito Técnico Judicial, bem como na condição de instrutor em treinamentos na área de Governança o qualificam como **notório especialista** na matéria. Para verificação de sua qualidade na atuação como facilitador, nosso regional obteve a oportunidade de encaminhar dois representantes a um dos eventos de dupla facilitação, sendo o resultado positivo, tanto para os conhecimentos em governança estratégica, quanto de contratos de obras de engenharia.

Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que o escolhido reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que o mesmo é o mais adequado à plena satisfação dos objetivos colimados.

### **3.2.3. Da escolha de empresa fornecedora:**

Durante as pesquisas de mercado, verificou-se que o instrutor escolhido atende pela PHP Consultoria Ltda, da qual faz parte do quadro de técnico.

**3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

## **4 – DO VALOR**

O valor a ser contratado é de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais). Resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de turma de 20 servidores, em R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

**4.1. Da avaliação de custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado:**

Para comprovação de compatibilidade com o mercado, insere-se abaixo dados de outras contratações semelhantes efetuadas por este regional:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Capacitação</b>	<b>Ano</b>	<b>número de Participantes</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Valor total</b>
Formação de Auditores Internos	2018	10	24	R\$ 24.690,00
Gestão Tributária de Contratos e convênios (curso aberto a terceiros)	2019	1	24	R\$ 2.980,00
Gestão de e Fiscalização de Contratos	2019	25	16	R\$ 25.000,00
Questões Polêmicas de Pessoal	2019	20	16	R\$ 26800,00
Governança Pública (em contratação)	2019	20	16	R\$ 19000,00

Considera-se também que os valores são compatíveis com os praticados para eventos dessa natureza. No entanto, faz-se necessário observar que o valor de contratação de cursos pode variar consideravelmente a partir de alguns parâmetros:

a) Se a capacitação é aberta ou fechada para público externo;

b) Se a contratação é de pessoa física ou jurídica: impostos, lucro, custos operacionais como passagens aéreas, hospedagem e alimentação interferem no preço;

c) Agenda dos instrutores: a quantidade de eventos que o instrutor precisará bloquear para ficar disponível para o evento contratado promove uma espécie de concorrência, que interfere diretamente no preço;

d) Tempo de preparação: se o evento atende a um escopo já comum da empresa ou se será personalizado para atender às demandas do cliente. Se a preparação for a primeira ou exclusiva, o valor será bem diferente, posto que o palestrante terá o esforço inicial de pesquisa e organização dentro do tema;

e) O uso posterior do conteúdo: caso o contratado tenha expectativa de preparar o conteúdo para nosso regional e posteriormente aplicá-lo em outros eventos semelhantes, o custo poderá ser reduzido, pois o mesmo estará construindo, a partir desta experiência, um produto reaproveitável de mercado;

A simples verificação de preços não permitirá a identificação de cada um desses fatores nos cursos comparados, razão pela



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qual o melhor parâmetro é o histórico das contratações dentro do próprio TRE, tanto do palestrante em tela, quanto dos demais palestrantes. Por toda essa combinação de fatores, tem-se que os valores apresentados para este evento encontram-se compatíveis com o mercado para este tipo de evento.

### **5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	ERO TREINA
VALOR	R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais)

### **6- DO PAGAMENTO**

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

### **7- DO CONTRATO**

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

## **8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE**

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
3. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

## **9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo ( [0468265](#)), nos dias 21 e 22/11/2019.
2. Fornecer local, material didático, coffee break e certificado, registrando a frequência dos participantes.
3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

### **10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

### **11 – DAS GARANTIAS**

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

### **12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 21 e 22/11/2019,.

### **13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
  - a) a confirmação do evento no prazo definido;
  - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
  - a) a presença do instrutor;
  - b) a regularidade das aulas;
  - c) o cumprimento dos horários;
  - d) o fornecimento dos materiais;
  - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) o cumprimento da carga-horária;
- b) a avaliação do evento pelos participantes;
- c) a emissão dos certificados;
- d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

## **14 – DOS ANEXOS**

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos [0468626](#), [0468628](#), [0468633](#) e [0468636](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública.

---

Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO**, **Chefe de Seção**, em 25/10/2019, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002518-37.2019.6.22.8000

INTERESSADO: ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGIA E GESTÃO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CURSO FECHADO — “Capacitação em Governança Pública - Práticas de Aperfeiçoamento” - ANÁLISE.

**PARECER JURÍDICO Nº 0475508 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional -



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SEDES, com vistas à contratar a empresa **PHP CONSULTORIA LTDA** CNPJ: 13.433.621/0001-00, para a realização do curso "**Capacitação em Governança Pública - Práticas de Aperfeiçoamento**" para um público de até 20 (vinte) participantes, servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, que será realizado nesta capital, com uma carga horária de 16 (dezesesseis) horas, na modalidade Ensino Presencial, nos dias 21 e 22/11/2019, conforme agendamento adequado aos participantes e à empresa contratada.

**02.** O conteúdo e a data do curso estão devidamente descritos na proposta da empresa ([0468265](#)).

**03.** Visando conferir a regularidade da empresa, juntou-se aos autos: Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0468626](#)), Certidão Negativa Tributos Federais ([0468628](#)), Certidão Negativa Trabalhista ([0468633](#)), Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0468636](#)), Atestado de Capacidade Técnica ([0469301](#)), Atestado de Capacidade Técnica ([0469303](#)) e Anexo – Nota de Empenho ([0469397](#)).

**04.** O valor a ser contratado é de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais). Resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de turma de 20 servidores, em R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

**05.** Verifica-se que consta, no Projeto Básico SEDES ([0469603](#)), a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, sanções administrativas, o prazo de execução, gestão e fiscalização.

**06.** A SEDES encaminhou por e-mail ([0471016](#)) o Projeto Básico para ciência do representante da empresa proponente, a qual atestou sua concordância via e-mail constante do evento ([0471181](#)).

**07.** Por intermédio do Despacho n. 5565 ([0473822](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade direcionou os autos à COMAP para a análise do Projeto Básico e seus anexos, à COFC para programação orçamentária da possível despesa, e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

**08.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Projeto Básico, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, concluiu pela regularidade do referido documento, complementado pela regularidade fiscal e trabalhista da empresa e pela proposta da mesma ([0468265](#)), ao



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tempo que se manifestou pela adjudicação do objeto à proponente ([0474421](#)).

**09.** A COFC ([0475019](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 19.000,00** (dezenove mil reais), indicando o Plano Interno ERRO TREINA e o Pré-Empenho n. 2019PE000385, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.*

**10.** Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

## **II - DA ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13, INCISO VI, DA LEI N. 8.666/93.**

**11.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de exceções à regra geral.

**12.** Não por outro motivo, a Lei n. 8.666/93 disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**13.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração de contratar serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal - situação definida pela Lei de Licitações em seu **art. 13, inc. VI** - tem aplicação, em princípio, a inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

**I** – [...]

**II** - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[...]

**14.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu ser inexigível a dispensa de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, cuidou de qualificar tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

**15. Quanto à singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

**16.** A esse propósito, veja-se a lição de **Jacoby**: “Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596).

**17.** E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**):

[...] A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

**18.** Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos farta comprovação da notória especialização da empresa a ser contratada atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93, verbis**:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

**§ 1º** Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

**19.** Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do **TCU**, **todas** exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *vg*:

### **Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:**

**1.6** - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a inviabilidade de competição.

**20.** Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

**EMENTA:** AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (**Grifou-se**).

## **2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**21.** Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

**22.** As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor e a justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas nos itens 3 e 4 do Projeto Básico ([0469603](#)) elaborado pela **SEDES**, esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos.

## **III - DA CONCLUSÃO**

**23.** Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

I – pela possibilidade da contratação direta da empresa **PHP CONSULTORIA LTDA, CNPJ n. 13.433.621/0001-00**, para ministrar o curso "**Capacitação em Governança Pública - Práticas de Aperfeiçoamento**" com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,

II – pela regularidade do Projeto Básico ([0469603](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX, da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, pode ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**24.** Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93 instrumento **idôneo** e **suficiente**, para regular a relação contratual.

**25.** Não obstante isso, diante do valor total do curso, orçado em R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) para um público de até 20 (vinte) servidores, não havendo redução de custo no caso de não se atingir o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, recomenda-se que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento a totalidade de vagas previamente contratadas com a participação do maior número possível de servidores no evento, com fulcro no art. 3º da Lei n. 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna.

**26.** Cabe registrar que, caso necessário, deverão ser atualizadas as certidões que comprovem a regularidade da empresa **PHP CONSULTORIA LTDA, CNPJ n. 13.433.621/0001-00**, antes da efetivação da contratação.

**27.** Finalmente, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se necessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal.

À consideração da autoridade competente.

---

Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 11/11/2019, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 11/11/2019, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002518-37.2019.6.22.8000



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**INTERESSADO: ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGIA E GESTÃO - ASPLAN**

**ASSUNTO: Contratação da empresa especializada para a realização do curso "Capacitação em Governança Pública - Práticas de Aperfeiçoamento".**

**DESPACHO Nº 5785 / 2019 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES com vistas a contratar a empresa **PHP CONSULTORIA LTDA CNPJ: 13.433.621/0001-00**, para a realização do curso "**Capacitação em Governança Pública - Práticas de Aperfeiçoamento**" para uma turma de até 20 (vinte) servidores deste Tribunal, a ser realizado nesta Capital, na modalidade Ensino Presencial, nos dias 21 e 22/11/2019, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, conforme agendamento adequado aos participantes e à empresa contratada ([0468246](#)).

O conteúdo do curso está descrito no documento anexado aos autos no evento [0468265](#).

A SEDES elaborou o Projeto Básico [0469603](#) para contratação. Dimensionou o valor por pessoa em R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), totalizando R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), conforme item 4 do referido projeto básico.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos as certidões negativas da referida empresa: Cadastro no FGTS ([0468626](#)); Tributos Federais ([0468628](#)); Trabalhista ([0468633](#)) e de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0468636](#)).

Em análise do Projeto Básico, a COMAP concluiu por sua regularidade, por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da lei nº 8.666/93, pela contratação direta por inexigibilidade de licitação e se manifestou pela adjudicação do objeto à proponente ([0474421](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária [0475019](#) no valor de **R\$ 19.000,00** (dezenove mil reais), informando a SPOF que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA.

A AJDG opinou pela possibilidade da contratação direta da referida empresa; pela regularidade do projeto básico; pela dispensa da formalização de contrato e sua substituição pela nota de empenho; pela



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atualização das certidões que comprovem a regularidade da empresa Ferrara Consultoria em Relacionamentos Ltda. antes da efetivação da contratação e pela publicação da dispensa na imprensa oficial ([0475508](#)).

A SAOFC, com fulcro no art. 57, inciso IX, da Resolução TRE/RO nº 06/2015, reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou nos termos do Parecer Jurídico AJDG [0455530](#) ([0476495](#)).

O processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenche os requisitos técnicos e legais. Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Plano Anual de Capacitação de 2019, sob o 20190204, conforme informado pela Chefe da SEDES no item 3 do PB ([0469603](#)).

Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da lei nº 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora Geral **RATIFICA** a situação de inexigibilidade prevista no art. 25, inciso II, da lei nº 8.666/93 e, por conseguinte:

**1. Aprova o Projeto Básico SEDES [0469603](#)**, pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, da Lei n. 8.666/93;

**2. Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, inciso II c/c inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93;

**3. Adjudica o objeto à empresa PHP CONSULTORIA LTDA CNPJ: 13.433.621/0001-00 e autoriza a emissão de Nota de Empenho** em favor da empresa supracitada, no valor de **R\$ 19.000,00** (dezenove mil reais);

**4. Dispensa a formalização de contrato, sendo o mesmo substituído por Nota de Empenho** (item 7 do PB n. [0469603](#)), com fulcro



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no [art. 62 da Lei 8.666/93](#), instrumento **idôneo** e **suficiente**, para regular a relação contratual; e

**5. Determina a publicação da ratificação da inexigibilidade no Diário de Justiça Eletrônico – DJE e no Diário Oficial da União - DOU**, em respeito ao princípio da publicidade, considerando que o valor da contratação situa-se além dos patamares da dispensa legal, nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário.

Ademais, cumpre ressaltar que deverá haver atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação.

À SAOFC para continuidade das ações visando à contratação pretendida.

---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 14/11/2019, às 11:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190220  
Disponibilização: 22/11/2019  
Publicação: 25/11/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE**

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93. Contratada: PHP CONSULTORIA LTDA, CNPJ n. 13.433.621/0001-00. Objeto: Curso "Capacitação em Governança Pública - Práticas de Aperfeiçoamento " para uma turma de até 20 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. O curso será realizado em Porto Velho, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas, na modalidade de Ensino Presencial, nos dias 21 e 22/11/2019, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada. Fundamento legal para contratação: Art. 25, II c/c o inciso VI do art. 13, ambos da Lei 8.666/93, e Decisão TCU nº 439/98-Plenário. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico Nº 0475508/2019 - PRES/DG/AJDG, de 11/11/2019, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, CPF n. 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho n. 5785/2019 - PRES/DG/GABDG, de 14/11/2019, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF n. 475.106.849-00, Diretora-Geral do TRE-RO. Nota de Empenho: 2019NE000878, de 18/11/2019, Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento Despesa n. 33.90.39.48. Total: R\$ 19.000,00. Processo: SEI n. 0002518-37.2019.6.22.8000.

---

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 22/11/2019, às 13:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PÁGINA: 1

EMISSÃO : 18Nov19 NÚMERO: 2019NE000878 ESPÉCIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA  
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133  
ENDEREÇO : AV. PRES. DUTRA, 1.889 - AREAL  
MUNICÍPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 13433621/0001-00 - PHP CONSULTORIA LTDA  
ENDEREÇO : SALGADO FILHO 2475 SALA 10 SÃO CRISTÓVÃO  
MUNICÍPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76804-054  
TAXA CAMBIO:  
OBSERVAÇÃO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, CONFORME PROJETO BÁSICO SEDES(0469603), PARECER DA AJDG(0475508), DESPACHOS NRS 5785 DA DG(0477321) E 5795 DA SAOFC(0477446), PROC. SEI NR 0002518-37.2019.6.22.8000

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084772 0100000000 339039 000000 ERO TREINA  
TIPO : ORDINÁRIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE  
AMPARO: LEI8666 INCISO: 02 PROCESSO: 00025183720196228000  
UF/MUNICÍPIO BENEFICIADO: RO / 3  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERÊNCIA: ART25/02 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 19.000,00  
DEZENOVE MIL REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO

ND: 339039 SUBITEM: 48 -SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMEN

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITÁRIO:	19.000,00
			VALOR DO SEQ. :	19.000,00

SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE "CAPACITAÇÃO EM GOVERNANÇA PÚBLICA - PRÁTICAS DE APERFEIÇOAMENTO" PARA UMA TURMA DE ATÉ 20 (VINTE) SERVIDORES DESTA TRIBUNAL, A SER REALIZADO NESTA CAPITAL, NA MODALIDADE ENSINO PRESENCIAL, NOS DIAS 21 E 22/11/2019, COM CARGA HORÁRIA DE 16(DEZESSEIS) HORAS, CONFORME PROJETO BÁSICO SEDES(0469603).

T O T A L : 19.000,00

AUREA CRISTINA SALDANHA  
OLIVEIRA:40852164220

AUREA CRISTINA S O ARAGÃO  
ORDENADOR SUBSTITUTO

IRLEDA MARIA SOARES DA  
SILVA:34104992291

IRLEDA M SOARES DA SILVA  
GESTOR FINANCEIRO SUBSTITUTO





# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 228, terça-feira, 26 de novembro de 2019

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2019 - UASG 070024

Nº Processo: 0002518-37.2019.6 - Objeto: Curso "Capacitação em Governança Pública - Práticas de Aperfeiçoamento". Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade em 11/11/2019. MARIA LEONARDO DE ARAUJO LIMA DA SILVA. Assessoria Jurídica. Ratificação em 14/11/2019. LIA MARIA ARAUJO LOPES. Diretora Geral. Valor Global: R\$ 19.000,00. CNPJ CONTRATADA: 13.433.621/0001-00 PHP CONSULTORIA LTDA.

(SIDEC - 25/11/2019) 070024-00001-2019NE000005

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2019 - UASG 70020

Nº Processo: 29259/2019. Objeto: Aquisição de kits teclado e mouse sem fio. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 26/11/2019 das 12h00 às 17h00. Endereço: Rua Esteves Junior Nr. 80, Centro - Florianópolis/SC ou www.comprasgovernamentais.gov.br/editais/70020-5-00066-2019. Entrega das Propostas: a partir de 26/11/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/12/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital, o Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos estão disponíveis no site www.tre-sc.jus.br (Transparência - Contas públicas - Licitações - Pregões - 2019).

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE  
Coordenadora de Julgamento de Licitações

(SIASGnet - 25/11/2019) 70020-00001-2019NE000115

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

#### DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

#### AVISO DE LICITAÇÃO LEILÃO

Leilão TRE - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO - DATA: 11 de dezembro de 2019 - quarta-feira - 11:00 hs. Local: Rua Voluntários da Pátria, 654, sala 624 no 6º andar, bairro de Santana - Tels 11-3965-0000. Leiloeiro Oficial Sr IRANI FLORES - JUCESP 792.

O leiloeiro devidamente autorizado pelo comitente proprietário, venderá através de Leilão Público de modo Presencial e Online, na data, horário e local acima estabelecidos e pela melhor oferta dos bens (veículos e peças) conforme condições, quantidades e exigências em edital.

Os interessados em participar do leilão de modo online deverão se cadastrar no site www.leilaoabril.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão com antecedência de 24 (vinte e quatro horas) antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo.

O envio de lances online se dará exclusivamente através do site www.leilaoabril.com.br, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial na disputa pelo lote do leilão. Edital disponível no site www.leilaoabril.com.br e www.tre-sp.jus.br/transparencia/licitacoes/editais-1/editais

São Paulo, 25 de novembro de 2019.  
TEREZINHA RODRIGUES DE SOUZA FRUJELLE  
Presidente da Comissão de Desfazimento de Bens

### COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE GESTÃO CONTRATOS DE LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº PROCESSO: SEI nº 0059284-02.2019.6.26.8000 - PROCEDIMENTO: DLF 93/2019 - ZE: 254f - LOCADORA: Aldear Administração e Arquitetura Ltda. - CNPJ: 06.063.274/0001-06 - OBJETO: Locação de imóvel situado na Rua Arantiguá, 936/938, nesta Capital, para instalação da 254ª Zona Eleitoral - Vila Maria - FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nos termos do artigo 24, X, da Lei 8.666/93 - VALOR DO CONTRATO: R\$ 468.000,00 - VIGÊNCIA: de 21/11/2019 a 20/11/2021 - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Programa de Trabalho 02122057020GP0035 - "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral", Elemento de Despesa 3390.39 - "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica", conforme Nota de Empenho nº 2270, de 21 de novembro de 2019 - DATA DE ASSINATURA: 21/11/2019 - SIGNATÁRIOS: Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e Maria Helena de Fátima Preto, pela locadora.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

#### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 15/2019

Fica homologado o procedimento licitatório nº 0022907-59.2019.6.25.8000, referente ao Pregão 15-2019 - Eletrônico, destinado à contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico a usuários de tecnologia da informação e comunicação (service desk), pelo prazo de 36 meses, incluindo a atividade acessória de customização da ferramenta informatizada de controle de chamados utilizada pelo TRE-SE, tendo como adjudicatário o licitante vencedor do respectivo lote do certame, conforme ata constante dos autos e disponível no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA  
Assistente da Seção de Licitações

(SIDEC - 25/11/2019)

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

#### EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº 0012247-49.2019.6.27.8000. Credenciamento nº 43/2019. Objeto: prestação de serviços profissionais na área da odontologia, nas especialidades de ortodontia e clínico geral, aos membros e servidores do TRE-TO, bem como a seus respectivos dependentes. Fundamento Legal: Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, c/c o artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução TRE-TO nº 431/2018. Credenciante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Credenciada: Taiza Rodrigues Cardoso, CPF nº 023.573.0001-75. Preços: Valores da tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), ou ainda, segundo tabela aprovada pelo Conselho Deliberativo - CODEL, para serviços hospitalares e outros da área de saúde. Vigência: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura. Assinatura: 21/11/2019. Signatários: pelo Credenciante, Francisco Alves Cardoso Filho, Diretor-Geral, Cristiane Regina Boechat Tose, Secretária de Gestão de Pessoas e Mary Carlos Freire, Coordenadora de Assistência Médica e Social; e Taiza Rodrigues Cardoso.

#### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 40/2019, Processo Administrativo Eletrônico nº 0004102-01.2019.6.27.8000. Objeto: aquisição de materiais de consumo. Adjudicatário: 1) FAMAMA - COMERCIO DE MATERIAL DE INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 07.734.851/0001-07, para o item 1 - no valor unitário de R\$ 1,74 (um real e setenta e quatro centavos); e 2) OBJETIVA PRODUTOS E SERVIÇOS PJ LABORATORIOS LTDA, CNPJ nº 05.895.525/0001-56 para o item 4 - no valor unitário de R\$ 28,05 (vinte e oito reais e cinco centavos). Restaram desertos os itens 2 e 3, e frustrados os 5, 6 e 7.

Palmas, 25 de novembro de 2019.  
CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS  
Secretário de Administração e Orçamento

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS SECRETARIA DE RECURSOS MATERIAIS

#### EXTRATO DE CONTRATO

a)Espécie: Contrato de aquisição 219/2019, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EIRELI. b)Objeto: Aquisição de equipamentos de ar condicionado. c)Fundamento legal: Lei 8.666/93 e 10.520/02 e Decretos 5450/05 e 7892/13, alterado pelo Decreto 8250/14. d)Valor ajustado do contrato: R\$ 15.646,40. e)Vigência: 12 meses a partir da data de sua publicação no DOU. f)Data da assinatura: 25/11/2019. g)PA: 0024466/2019.

#### EXTRATO DE CONTRATO

a)Espécie: Contrato de Credenciamento 223/2019, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e o INSTITUTO LUCIANO ARAUJO LTDA ME. b)Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do PRO-SAUDE do TJDF, no âmbito do DF. c)Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. d)Vigência: 60 meses, a partir da data de sua publicação no DOU. e)Data da assinatura: 25/11/2019. f)PA: 0023849/2019.

Processo: 0023847/2019. Objeto: Credenciamento da LOTUS CLÍNICA MÉDICA LTDA, para a prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do PRO-SAUDE do TJDF, no âmbito do DF. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. AUTORIDADE E DATA DA RATIFICAÇÃO: Desembargador Romão C. Oliveira, Presidente do TJDF, 21/11/2019.

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2019 - UASG 100001

Nº Processo: 0017940/2019. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material bibliográfico nacional impresso, durante o exercício de 2020, excluídas as obras editadas pela imprensa nacional e os periódicos para os quais o TJDF mantém contrato de assinatura. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 26/11/2019 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Praça Municipal, Lt 01, Bloco A, Ala A, S/30, Sig. S - BRASILIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/editais/100001-5-00062-2019. Entrega das Propostas: a partir de 26/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/12/2019 às 13h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital encontra-se, sem ônus, nos sites www.tjdf.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.

ISABELLA DE SOUSA BRITO  
Secretária de Recursos Materiais

(SIASGnet - 25/11/2019) 100001-00001-2019NE000162

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: 3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA.; a) objeto: aquisição de 66 scanners de produção, com garantia on site de 36 meses (Proc: 6537/2019); b) fund. legal: Lei nº 8.666/93 e nº 10.520/02, Decretos nº 3.555/00, nº 5.450/05 e nº 7.892/13; c) vigência: 11/11/2019 a 10/05/2023; d) valor total: R\$ 114.839,34; e) assinam em 11/11/2019 o Sr. Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva, pelo Contratante, e o Sr. Renato Nova da Costa Mendes, pela Contratada.

#### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Contratada: EGS ELEVADORES EIRELI - EPP; a) espécie: 3º TA ao contrato de empreitada por preço global para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica, dos equipamentos de transporte vertical com fornecimento integral de peças e de insumos nas dependências do TRT/RJ (Proc. 6049/2017); b) fund. legal: art. 65, inc. I, alínea "b" c/c o § 1º da Lei nº 8.666/93; c) objeto: acréscimo de serviço; d) valor global: R\$ 2.034.131,57; e) vigência: contados a partir da emissão do TAI nº 15/02/2021; f) assinam em 14/11/2019 o Sr. Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva, pelo Contratante, e o Sr. Edgar dos Santos, pela Contratada.

Contratada: LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA; a) espécie: 8º TA ao contrato de empreitada por preço global para prestação de serviço de limpeza e conservação nas unidades do TRT/RJ, com fornecimento de material (Proc. 3756-50.2015.5.01.1000); b) fund. legal: art. 65, inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93 e cláusula nona do pacto inicial; c) objeto: repactuação, o reajuste e a revisão contratual; d) Impacto Orçamentário: R\$ 93.458,40 para o exercício de 2019, R\$ 172.047,72 para 2020 e R\$ 67.863,27 para 2021; e) vigência: contados das datas indicadas na cláusula terceira a 22/05/2021; f) assinam em 04/11/2019 o Sr. Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva, pelo Contratante, e o Sr. William Lopes de Aguiar, pela Contratada.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/intermidios.html>, pelo código 0530201912603154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.202-2 de 24/08/2001,  
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

